

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	2017	2016		2017	2016
Ativo			Passivo e patrimônio líquido		
Circulante	321.073	386.967	Circulante	193.508	286.020
Disponibilidades	16	9	Depósitos	499	50.485
Aplicações interfinanceiras de liquidez	12.045	44.900	Depósitos interfinanceiros (Nota 8)	499	50.485
Aplicações no mercado aberto (Nota 4)	12.045	44.900	Obrig. por repasses do País - Instit. oficiais	183.442	223.587
Operações de crédito	242.760	280.737	BNDES (Nota 9)	183.442	223.587
Setor privado (Nota 5.a)	266.539	315.628	Outras obrigações	9.567	11.948
Prov. para oper. de crédito de liquid. duvid. (N. 5.e)	(23.779)	(34.891)	Cobrança e arrecad. de tributos e assemelhados	161	191
Outros créditos	34.641	27.032	Dividendos (Nota 14.c)	—	1.739
Imposto de renda e CS diferidos (Nota 15.b)	27.354	19.655	Fiscais e previdenciárias (Nota 10)	3.352	3.376
Títulos e créditos a receber (Nota 5.a)	4.049	5.815	Outras obrigações (Nota 11)	6.054	6.642
Outros créditos diversos (Nota 6)	3.406	2.103	Exigível a longo prazo	314.062	379.330
Prov. para outros créditos de liquid. duvid. (N. 5.e)	(68)	(541)	Obrig. por repasses do País - Instit. oficiais	314.062	379.258
Outros valores e bens (Nota 7)	31.611	36.289	BNDES (Nota 9)	314.062	379.258
Realizável a longo prazo	364.156	454.905	Outras obrigações	—	72
Operações de crédito	336.955	421.281	Outras obrigações (Nota 11)	—	72
Setor privado (Nota 5.a)	367.742	447.821	Resultados de exercícios futuros	168	138
Prov. para oper. de crédito de liquid. duvid. (N. 5.e)	(30.787)	(26.540)	Receitas de exercícios futuros (Nota 13)	168	138
Outros créditos	27.201	33.624	Patrimônio líquido (Nota 14)	178.166	179.097
Imposto de renda e CS diferidos (Nota 15.b)	24.258	30.045	Capital	150.000	150.000
Títulos e créditos a receber (Nota 5.a)	2.973	3.615	Reservas de lucros	28.166	29.097
Prov. para outros cré. de liquid. duvidosa (N. 5.e)	(30)	(36)			
Permanente	675	713			
Imobilizado de uso	251	355			
Imobilizado de uso	930	931			
Depreciações acumuladas	(679)	(576)			
Intangível	424	358			
Intangível	1.439	1.234			
Amortizações acumuladas	(1.015)	(876)			
Total do ativo	685.904	844.585	Total do passivo e patrimônio líquido	685.904	844.585

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros					
	Capital social	Legal	Estatutária	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2015	150.000	7.005	31.122	(76)	—	188.051
Dividendos Propostos	—	—	—	—	(1.739)	(1.739)
Prejuízo Líquido do Exercício	—	—	—	—	(7.291)	(7.291)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	—	—	—	76	—	76
Destinações:	—	—	(9.030)	—	9.030	—
Reservas de lucros	—	—	22.092	—	179.097	—
Em 31 de dezembro de 2016	150.000	7.005	(9.030)	76	(8.954)	179.097
Varição do exercício	—	—	22.092	—	(931)	17.928
Em 31 de dezembro de 2016	150.000	7.005	—	—	—	179.097
Prejuízo Líquido do Exercício	—	—	—	—	(931)	(931)
Destinações:	—	—	(931)	—	931	—
Reservas de lucros	—	—	21.161	—	178.166	—
Em 31 de dezembro de 2017	150.000	7.005	(931)	—	(931)	178.166
Varição do semestre	—	—	17.928	—	3.233	3.233
Lucro Líquido do Semestre	—	—	3.233	—	(3.233)	—
Destinações:	—	—	21.161	—	178.166	—
Reservas de lucros	—	—	3.233	—	3.233	—
Em 31 de dezembro de 2017	150.000	7.005	—	—	—	178.166
Varição do semestre	—	—	3.233	—	3.233	—

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Saldos em milhares de reais

1 Contexto operacional: O Banco Moneo S.A. com sede em Caxias do Sul - RS, iniciou suas atividades em 01 de julho de 2005 e atua sob a forma de banco múltiplo, estando autorizado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar nas carteiras "investimento", "crédito", "financiamento e investimento" e de "arrendamento mercantil", tendo como objetivo básico a realização de financiamento para aquisição de bens e serviços, visando o atendimento das necessidades dos clientes da Marcopolo S.A., empresa líder do grupo Marcopolo ao qual o Banco pertence. **2 Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). Adicionalmente, a apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento. A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 23 de janeiro de 2018. **3 Resumo das principais práticas contábeis: a. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b. Apuração de resultados:** As receitas e despesas estão contabilizadas pelo regime de competência. **c. Caixa e equivalentes de caixa - Demonstração dos fluxos de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de liquidação ou valor justo, que são utilizados pelo Banco para gestão de seus compromissos de curto prazo. **d. Aplicações interfinanceiras de liquidez** estão contabilizadas pelo valor de custo, acrescidos dos rendimentos não contabilizados em função do prazo decorrido até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável. **e. Títulos e valores mobiliários:** De acordo com a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001 do CMN e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração, em três categorias a saber: **(a) Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de ser revatida e frequentemente negociados. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; **(b) Títulos disponíveis para venda** - Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e **(c) Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. **e. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito estão classificadas observando os parâmetros mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação por níveis de risco (de "A" até "H"). As operações de crédito de curta duração são apropriadas pelo valor até o vencimento e apropriadas ao resultado, segundo o regime de competência. A atualização ("accrual") das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, são mantidas em rendas a apropriar. As baixas de operações de crédito contra prejuízo ("write-offs") são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle destes valores ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais. Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa está constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobertura de eventuais perdas, com base nos percentuais de provisionamento requeridos pela Resolução nº 2.682/99 para cada nível de risco, associadas às avaliações procedidas pela administração, na determinação dos riscos de crédito. **f. Ativo permanente:** O imobilizado de uso está registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear com base na vida útil dos bens, estimada em cinco anos (sistema de processamento de dados) e dez anos (móveis e equipamentos de uso). O ativo intangível está representado por gastos com implementação de software e está sendo amortizado em 5 anos. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado ao seu valor recuperável quando este for maior que seu valor recuperável estimado. **g. Imposto de renda e contribuição social:** Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados no grupo "Outros créditos". A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro semestral excedente a R\$ 120 e a

provisão para a contribuição social sobre o lucro, conforme MP 675 convertida em Lei nº 13.169 de 06 de outubro de 2015, é calculada a 20% (a alíquota era de 15% até 31 de agosto de 2015). A partir de janeiro de 2019, a alíquota volta a ser 15%. Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização. Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos em montante limitado ao seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (dezembro de 2018), conforme Lei n.º 13.169/2015. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. **h. Ativos e passivos contingentes:** De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009: **(a) Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização. **(b) Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. O Banco reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos. São constituídas provisões levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação. **i. Outros ativos e passivos:** Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base "pro-rata" dia). **Estimativas:** Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário

c. Composição da carteira por vencimento

Vencimento	Títulos		Outros cré. c/ caracter. de concessão de crédito	2017	2016
	Empréstimos	descontados			
Vencidos	3.389	912	—	9.444	—
A vencer	—	—	83	13.828	20.454
Até 3 meses	10.955	21.795	1.717	51.946	2.294
De 3 a 12 meses	28.572	—	—	137.808	1.672
De 1 a 3 anos	38.475	1	—	236.002	2.123
Após 3 anos	14.512	—	—	78.753	850
Total da carteira	95.903	22.708	1.717	513.953	7.022
Prov. para créditos de liquidação duvidosa	(31.118)	(876)	(8)	(22.564)	(98)
Total líquido	64.785	21.832	1.709	491.389	6.924

d. Composição da carteira de operações de crédito, nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN e respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa: Conforme disposto no art. 3º, da Resolução nº 2.697/00, apresentamos a composição da carteira de operações de crédito, distribuídas nos correspondentes níveis de risco, de acordo com a classificação prevista no art. 1º, da Resolução nº 2.682/99, bem como outras provisões com avais e fianças concedidas e para outros créditos, que obedeceram a mesma norma do BACEN.

Níveis de risco	Perc. prov.	Operações de crédito	fianças (d.1)	Outros créditos	2017	2016	Carteira	
							Avais	fianças
AA	0,0%	45.304	—	—	45.304	—	—	—
A	0,5%	178.261	10.290	1.635	190.186	247.333	—	—
B	1,0%	192.093	—	5.335	197.428	217.180	—	—
C	3,0%	119.870	—	—	119.870	104.215	—	—
D	10,0%	28.163	—	—	28.163	74.747	—	—
E	30,0%	17.823	—	—	17.823	34.452	—	—
F	50,0%	16.141	—	—	16.141	23.086	—	—
G	70,0%	15.672	—	52	15.724	3.830	—	—
H	100,0%	20.954	—	—	20.954	23.577	—	—
Total		634.281	10.290	7.022	651.593	792.338	—	—

(d.1) Avais e fianças - As garantias prestadas pelo Banco em função de avais e fianças concedidos montam a R\$ 10.290 (R\$ 19.459 em 31 de dezembro de 2016) registradas em contas de compensação e referem-se a fianças e avais concedidos em operações de **Finame**,

SenhoresACIONistas,Atendendo disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, relativos aos exercícios findos nessas datas. Caxias do Sul, 21 de Fevereiro de 2018.

Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais)

	2º Semestre		
	de 2017	2017	2016
Rec. da intermediação financeira	50.893	99.381	93.979
Operações de crédito	49.990	95.249	90.401
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	1.303	4.132	3.578
Desp. da interm. financeira	(28.017)	(67.972)	(72.236)
Oper. de captação no mercado	(930)	(4.468)	(6.614)
Despes. de pessoal	(16.341)	(32.673)	(31.301)
Provis. para créditos de liquidação duvidosa (Nota 5.f)	(10.746)	(30.830)	(34.321)
Resultado bruto da interm. financ.	22.876	31.409	21.743
Outras receitas (desp.) operac.	(14.639)	(27.267)	(30.488)
Rendas de tarifas bancárias	77	1.477	1.483
Outras desp. administr. (Nota 17)	(3.392)	(8.797)	(9.845)
Despesas tributárias (Nota 18)	(3.589)	(7.042)	(5.952)
Outras receitas (desp.) operacionais	(1.191)	(2.719)	(2.972)
Líquidas (Nota 19)	(7.242)	(10.186)	(13.182)
Resultado operacional	8.237	4.142	(8.745)
Resultado não operacional (Nota 20)	(921)	(1.762)	(2.995)
Result. antes da trib. s/o lucro	7.316	2.380	(11.740)
Imposto de renda e CS	(4.083)	(3.311)	4.449
Corrente (Nota 15.a)	(2.661)	(5.223)	(12.406)
Diferido (Nota 15.a)	(1.422)	1.912	16.855
Lucro/Prejuízo do exerc./semestre	3.233	(931)	(7.291)
Lucro/RS do exerc./sem. por ação - RS	0,022	(0,006)	(0,049)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras do Banco incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. O Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente. **4 Aplicações interfinanceiras de liquidez:** Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as aplicações eram compostas como seguem:

	2017	2016
Operações comprometidas / Posição bancada		
Letra do Tesouro Nacional - LTN	12.045	44.900
Total	12.045	44.900

O valor aplicado refere-se a títulos lastreados em LTN com resgate no dia subsequente. **5 Operações de crédito:** As operações de crédito são compostas de empréstimos, financiamentos e descontos de duplicatas concedidos a pessoas físicas e jurídicas (indústria, comércio e serviços), decorrentes de operações de crédito pessoal e de aquisições de bens principalmente vinculados a empresa Marcopolo S.A. do Grupo Marcopolo, ao qual também pertence o Banco. Parte substancial das operações de financiamento são oriundas de operações de repasse BNDES. A rubrica de "outros créditos com característica de concessão de créditos" refere-se a operações recebidas em transferência (recompa) de instituições financeiras com as quais o Banco figura como avalista em operações de Finame Leasing e operações de Desconto de Notas Promissórias. As operações de crédito do Banco são suportadas por garantias vinculadas à alienação fiduciária, duplicatas e hipotecas que podem representar de 100% a 130% do total do crédito concedido.

a. Composição das operações de crédito por modalidade

	2017	2016
Empréstimos	95.903	115.778
Títulos descontados	22.708	16.348
Compror	1.717	828
Financiamentos	513.953	630.495
Total	634.281	763.449
Circulante	266.539	315.628
Realiz. a longo prazo	367.742	447.821
Total	634.281	763.449
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		
Circulante	(23.779)	(34.891)
Realiz. a longo prazo	(30.787)	(26.540)
Total	(54.566)	(61.431)
Total líquido	579.715	702.018
2017	2016	
Outros créditos com característica de concessão de crédito (Nota 5.d)	7.022	9.430
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (nota 5.d)	(98)	(577)
Total líquido	6.924	8.853
2017	2016	
Total das operações de crédito e outros créditos	641.303	772.879
Total da provisão para créditos de liquidação duvidosa	(54.664)	(62.008)
Total geral líquido	586.639	710.871

As operações de aquisição de notas promissórias relacionadas nos contratos particulares de cessão de direitos sem coobrigação dos ced

10 Fiscais e previdenciárias			2º Semestre			2º Semestre			Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, composto pelos diretores e membros do Conselho de Administração do Banco, revisa e aprova anualmente a Política de Gerenciamento do Risco Operacional, a qual visa garantir o cumprimento do modelo de gestão de risco utilizado pelo Banco. A estrutura deste gerenciamento é suportada por: Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Controles Internos e Riscos, Diretor Responsável pelo Gerenciamento do Risco Operacional, Agentes de Compliance, Área de Compliance e Auditoria Interna, conforme dispõe a Resolução CMN nº 3.380/06. A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional do Banco encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br/banco-moneo/gestao-de-riscos. b. Risco de mercado: De acordo com a Resolução CMN nº 3.464/2007, o risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma Instituição Financeira. Dentre as várias posições que podem sofrer flutuação nos valores de mercado, o Banco Moneo somente possui os riscos de operações sujeitas à variação das taxas de juros. A gestão de riscos de mercado consiste no processo de identificação e avaliação dos riscos existentes ou potenciais, e no seu efetivo monitoramento e controle, conduzidos através da adoção de limites consistentes com as estratégias de negócios, de políticas e processos de gestão e de metodologias voltadas à sua administração e à alocação de capital econômico compatível com os riscos incorridos. O Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, composto pelos diretores e membros do Conselho de Administração do Banco, revisa e aprova anualmente a Política de Gerenciamento do Risco de Mercado, visando garantir o cumprimento do modelo de gestão de risco utilizado pelo Banco. A estrutura de gerenciamento do Risco de Mercado é composta por: Conselho de Administração, Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Tesouraria e Operacional, Comitê de Controles Internos e Riscos e Diretor Responsável pelo Gerenciamento do Risco de Mercado. Também fazem parte desta estrutura: Área de Compliance, Gerência de Controladoria e Finanças e Auditoria Interna. A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado do Banco encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br/banco-moneo/gestao-de-riscos. c. Risco de crédito: A estrutura de gerenciamento de Risco de Crédito do Banco, visa garantir a aderência às leis, regulamentos e normas vigentes e adotar as melhores práticas de Gerenciamento do Risco de Crédito, em consonância com as recomendações da Resolução CMN no 3.721/2009. A estrutura contempla o gerenciamento contínuo e integrado do risco de crédito ao qual o Banco está exposto, buscando a identificação, mensuração, controle e mitigação do risco de crédito. O Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, composto pelos diretores e membros do Conselho de Administração do Banco, revisa e aprova anualmente a Política de Gerenciamento do Risco de Crédito, visando garantir o cumprimento do modelo de gestão de risco utilizado pelo Banco. A estrutura desta área é composta por: Conselho de Administração, Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Crédito, Comitê de Cobrança e Recuperação de Créditos, Comitê de Controles Internos e Riscos, Diretoria Responsável pelo Gerenciamento do Risco de Crédito e Área de Compliance. A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento do Risco de Crédito do Banco encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br/banco-moneo/gestao-de-riscos. d. Risco de liquidez: O Banco possui uma estrutura de gerenciamento de risco de liquidez compatível com sua estratégia de crescimento e com a complexidade de suas operações, que objetiva a identificação, a avaliação, o monitoramento e controle dos riscos que podem impactar sua liquidez, em conformidade com as disposições da Resolução CMN no 4.090/2012. A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é composta pelo Conselho de Administração, Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Controles Internos e Riscos, Diretoria Responsável pelo Gerenciamento do Risco de Liquidez, Compliance e Gerência de Controladoria e Finanças. O processo de gerenciamento de risco de liquidez está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos relevantes às operações do Banco. A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br/banco-moneo/gestao-de-riscos. e. Risco de crédito operacional: O Banco possui uma estrutura de gerenciamento de capital compatível com sua estratégia de crescimento e com a complexidade de suas operações, que objetiva o monitoramento do capital econômico existente e a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos aos quais está exposto, em conformidade com as disposições da Resolução 3988/2011. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos relevantes às operações do Banco. A estrutura compreende os seguintes órgãos e áreas: Conselho de Administração, Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Controles Internos e Riscos e Diretor Responsável pelo Gerenciamento de Capital, Área de Compliance e Gerência de Controladoria e Finanças. A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento de Capital do Banco encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br/banco-moneo/gestao-de-riscos. Relatório de Riscos (Consolidado) O Banco Moneo disponibiliza em seu site www.bancomoneo.com.br relatório contendo informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) da Instituição, tanto sob o aspecto quantitativo como qualitativo, e informações relativas à Razão de Alavancagem (RA), conforme disposto nas Circulares 3.678/2013 e 3.748/15 do Banco Central do Brasil. 24 Instrumentos derivativos: O Banco não possui operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos, sendo os instrumentos financeiros ativos e passivos registrados aos seus valores de negociação os quais se aproximam dos respectivos valores justos. 25 Seguros: O Banco adota a política de contratar cobertura de seguros para seus valores e bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.		
------------------------------	--	--	-------------	--	--	-------------	--	--	--	--	--

11 Outras obrigações diversas			2º Semestre			2º Semestre			
			de 2017	2017	2016	de 2017	2017	2016	
Imposto de renda	1.520	2.667	27	60	88	Provisão de bens apreendidos	(6.346)	(9.056)	(11.566)
Contribuição social	1.124	709				(bens não de uso)			
Outras	706	—				Provisão para contingências fiscais e trabalhistas	(379)	(549)	(1.525)
Total - Circulante	3.352	3.376	(794)	(2.151)	(881)	Total	(7.242)	(10.186)	(13.182)
2017	2.542	3.293				(a) Valor relativo a descontos concedidos em negociação de encerramento das operações com o cliente inadimplente.			
Provisões para pagamentos a efetuar (a)	2.066	2.880				20 Resultado não operacional			
Provisões para contingências (nota 12)	61	139				Despesas não operacionais	(1.403)	(2.795)	(3.437)
Prov. para avais e fianças de liquid. duvidosa (nota 5.d)	51	139				Receitas não operacionais	482	1.033	442
Operações de crédito a liberar (b)	232	—					(921)	(1.762)	(2.995)
Outras (c)	1.160	402				Valores referem-se principalmente a resultado na alienação e baixas de bens não de uso (bens retomados ou recebidos em dação de pagamento). 21 Partes relacionadas: a. Transações e saldos: O Banco não possui saldos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Foram pagos a título de ressarcimento de despesas administrativas o valor de R\$ 61 (R\$ 47 em 31 de dezembro de 2016) no exercício para a Marcopolo S.A. Divididos pagos a Controladora no montante de R\$ 1.739 (R\$ 4.472 em 2016). b. Remuneração do pessoal-chave da administração: Anualmente a Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global a ser pago no exercício a título de remuneração dos Administradores. Na Assembleia Geral Ordinária de 25 de abril de 2017 foi aprovada a remuneração global anual da administração no valor de até R\$ 1.800. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 ocorreram despesas no valor de R\$ 1.603 (R\$ 1.569 em 31 de dezembro de 2016), conforme segue:			

a. Processos cíveis - São pleitos de indenização por danos morais e patrimoniais. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos tribunais, bem como quando houver expectativa de desembolso futuro de caixa. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro do Banco. O valor das contingências passivas não provisionadas totalizam o montante de R\$ 2.859 (R\$ 1.100 em 31 de dezembro de 2016) referente a processos cíveis relativos a revisionais de contrato, indenizações, entre outros, composto por um total de 13 ações em 2017 e 17 ações em 2016. **b. Processos trabalhistas** - tratam-se de processos impetrados por ex-funcionários do Banco. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos do Grupo Marcopolo, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos tribunais, bem como quando houver expectativa de desembolso futuro de caixa. **Outros processos** - O Banco possuía ação de revisão da base de cálculo do PIS e da COFINS, cuja possibilidade de perda é provável. O Banco realizou o recolhimento de tais valores na forma de depósitos judiciais até julho de 2011, cujos valores estavam contabilizados na conta "Outros créditos - diversos" totalizando o montante de R\$ 6.651 na rubrica de Recursos fiscais, os quais também estavam integralmente provisionados e apresentados pelo líquido. Sobre tais valores foi constituída provisão mensal conforme atualização monetária. A partir de agosto de 2011, considerando a classificação de perda provável, o Banco deixou de reconhecer os mesmos na forma de depósito judicial, e passou a recolhê-los mensalmente de forma integral. No 2º semestre de 2017 o Banco Moneo optou por suspender o questionamento judicial referente ao processo acórdão, promovendo o reconhecimento em favor da União dos valores depositados. **13 Resultados de exercícios futuros:** Consiste nos pro-receitas com intervenção, com avais e fianças concedidos em operações de arrendamento mercantil "Leasing" e "Finame Leasing" em que o Banco figura como avalista, a serem apropriados em resultados futuros conforme abaixo:

2017			2016		
2017	2017	2016	2017	2017	2016
2017	—	113	—	—	19.655
2018	150	18	27.354	22.996	—
2019	12	7	12.913	7.001	—
2020	5	2	11.268	12	—
2021	1	—	9	36	—
2022	—	—	68	—	—
	168	138	51.612	49.700	—

14 Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital social da Instituição pertence integralmente a acionistas nominados no país e é composto de 150.000.000 ações ordinárias domiciliadas em valor nominal no montante de R\$ 150.000.000,00. **b. Reservas de lucros:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A reserva estatutária em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$ 21.161 corresponde aos saldos remanescentes dos lucros acumulados à disposição da Assembleia Geral Ordinária conforme prevista no Art. 27.c do Estatuto Social. A referida reserva visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado. **c. Dividendos:** Conforme Art. 27 do estatuto é assegurada a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os dividendos propostos no período, em consonância com a legislação societária e o estatuto social, foram calculados conforme abaixo, e foram calculados com base no lucro líquido apurado para fins societários:

2017			2016		
2017	2017	2016	2017	2017	2016
2017	—	113	—	—	19.655
2018	150	18	27.354	22.996	—
2019	12	7	12.913	7.001	—
2020	5	2	11.268	12	—
2021	1	—	9	36	—
2022	—	—	68	—	—
	168	138	51.612	49.700	—

15 Dividendos de renda e contribuição social: a. Imposto de renda e contribuição social correntes: Conciliação do resultado de imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro do período:

2º Semestre			2º Semestre		
de 2017	2017	2016	de 2017	2017	2016
Resultado antes da tributação	3.929	5.283	(1.419)	(2.336)	(1.295)
IR e contribuição social	(30)	(435)	(416)	(1.046)	(603)
alíquotas nominais de 40% e 45% (nota 3.g) (a)	(3.292)	(4.848)	(6.651)	(6.651)	—
Adições perm. no imposto corrente	(90)	(169)	(400)	(720)	(1.365)
	(3.382)	(5.283)	(53)	(427)	(768)

16 Imposto de renda e contribuição social: a. Imposto de renda e contribuição social correntes: Conciliação do resultado de imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro do período:

2017			2016		
2017	2017	2016	2017	2017	2016
2017	—	113	—	—	19.655
2018	150	18	27.354	22.996	—
2019	12	7	12.913	7.001	—
2020	5	2	11.268	12	—
2021	1	—	9	36	—
2022	—	—	68	—	—
	168	138	51.612	49.700	—